



Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: <http://conitec.gov.br/>.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 218, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO				
PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.038201/2014-14	TANIA UR SALAZAR	3200154	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÕES DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 00190.003721/2016-57

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, e pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adoto, como fundamento deste ato, as recomendações do Parecer nº 00241/2017/CONJUR-MTC-GU/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00441/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU e nº 00452/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e determino o Arquivamento do processo nº 00190.003721/2016-57 por falta de provas do efetivo exercício da sócio gerência ou administração de sociedade privada pelo indiciação.

Processo nº 00190.029751/2013-41

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, e pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, adoto, como fundamento deste ato, as recomendações do Parecer nº 00259/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00484/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e determino o Arquivamento do processo nº 00190.029751/2013-41 em face do advento da prescrição da pretensão punitiva da Administração.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro de Estado da Transparência e
Controladoria-Geral da União
Substituto

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 355, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MME nº 218, de 6 de junho de 2017, e o que consta do Processo nº 48370.000642/2017-83, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes específicas para a transição do Contrato ECFS-232/2008 e seus Aditivos, celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e a CELG Distribuição S.A. - CELG D, no âmbito do Programa "LUZ PARA TODOS", por contemplar recursos oriundos da Reserva Global de Reversão - RGR como fonte de financiamento, nos termos dos arts. 4º e 11 da Portaria MME nº 218, de 6 de junho de 2017.

Art. 2º A Eletrobras celebrará Contrato Específico de Operacionalização de Transição com a CELG D, com vigência a partir de 1º de maio de 2017, em substituição ao Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, com o objetivo de estabelecer as condições operacionais para a execução do "Programa de Obras" aprovado, nos termos do Manual de Operacionalização do Programa "LUZ PARA TODOS".

§ 1º Para efeito do disposto no caput, deverá ser observado o custo total e as metas originais do "Programa de Obras", bem como as demais obrigações de operacionalização relacionadas ao Programa "LUZ PARA TODOS", de modo a dar continuidade ao que tiver sido iniciado, mantendo-se o valor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE pactuado, bem como a parcela da RGR liberada no âmbito do Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, devendo o saldo não liberado da RGR ser acrescido à parcela original cabível ao Agente Executor.

§ 2º Fica a Eletrobras dispensada de celebrar Termo de Encerramento do Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, na forma prevista pelo art. 4º, § 1º, da Portaria MME nº 218, de 2017, em face da existência de recursos oriundos da RGR liberados no âmbito do Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, ainda não amortizados pela CELG D.

§ 3º A Eletrobras deverá realizar a transição do Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, por meio de celebração com a CELG D de instrumentos, conforme modelos próprios, que tratarão, inclusive, da forma de amortização à Eletrobras dos recursos da RGR liberados e ainda não amortizados, efetuando, ainda, uma Prestação de Contas Intermediária para elaboração de Relatório à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pormenorizando os repasses financeiros realizados em favor da CELG D e o avanço físico de execução das obras realizadas até 30 de abril de 2017, com base nas informações cadastradas pelo Agente Executor.

§ 4º Caso a Prestação de Contas Intermediária, prevista no § 3º, apure recursos a restituir pela CELG D, tais valores poderão ser utilizados no âmbito do novo Contrato Específico de Operacionalização de Transição, sem necessidade de restituição dos recursos à CDE e à Eletrobras, relativamente ao montante oriundo da RGR, no momento da Prestação de Contas Intermediária, para fins exclusivos de continuidade do "Programa de Obras" em andamento.

Art. 3º Ficam mantidas, em relação ao Contrato ECFS-232/2008, e seus Aditivos, celebrado com a CELG D no âmbito do Programa "LUZ PARA TODOS", as demais disposições da Portaria MME nº 218, de 2017.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de noventa dias a contar da data de publicação desta Portaria para a conclusão das ações elencadas para a celebração do Contrato Específico de Operacionalização de Transição entre a Eletrobras e a CELG D, de que trata o art. 2º.

Art. 5º A Portaria MME nº 218, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. Fica estabelecido o prazo de cento e oitenta dias a partir da publicação desta Portaria para a conclusão das ações elencadas nos arts. 4º, 5º, 6º e 9º, incisos I, II, III e IV." (NR)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO PEDROSA

PORTARIA Nº 357, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 227, de 27 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), no Decreto nº 8.871, de 6 de outubro de 2016, no Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, e na Portaria MME nº 128, de 30 de março de 2017, o que consta do Processo nº 48390.000289/2017-01, e considerando

a importância de se discutir com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região;

a necessidade de proposição de medidas de combate à extração ilegal na região;

o indeferimento, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, dos requerimentos de títulos minerários relativos às áreas situadas dentro da Reserva Nacional de cobre e seus associados - Renca, protocolizados no período de vigência do Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984;

que a análise dos processos minerários, em áreas passíveis de aproveitamento mineral, deve se dar apenas depois de encerrado o processo de discussão com a sociedade e de esclarecimentos sobre as condições que levaram à decisão de extinção da Renca e de acordo com os resultados desse processo; e

o deferimento parcial da decisão de liminar na Ação Popular 1010839-91.2017.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Suspender a análise dos procedimentos administrativos na área da Reserva Nacional de cobre e seus associados - Renca, no âmbito do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO PEDROSA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 29 de agosto de 2017

Nº 2.705 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002114/2016-55, decide não conhecer dos pedidos da CEMIG que suscitaram questões que vão além do escopo de análise da Audiência Pública nº 14/2017.

ROMEY DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.290, de 22 de agosto de 2017, com resumo publicado no D.O. n. 164, de 25 de agosto de 2017, Seção 1, página 42, constante do Processo n. 48500.002690/2017-83, retificar na Tabela 7 do Anexo o valor associado a CTEEP e disponibilizar no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>. Onde se lê: R\$ 67.794.670,22; leia-se R\$ 71.197.664,26.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 25 de agosto de 2017

Nº 2.655 - Processo nº 48500.003310/2006-02. Interessados: Imojel Construtora e Incorporadora Ltda. e Chimarrão Energética S.A. Decisão: transferir, da empresa Imojel Construtora e Incorporadora Ltda., cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 68.735.901/0001-65, para a empresa Chimarrão Energética S.A., cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 14.143.405/0001-93, o DRS-PCH nº 355, de 15 de fevereiro de 2016, referente ao processo de implantação e exploração da PCH Chimarrão, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.035481-3.01, localizada no município de Muitos Capões, estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 30 de agosto de 2017

Nº 2.752 - Processo nº 48100.000293/1994-03. Interessado: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica Decisão: Aprovar a revisão do Projeto Básico para ampliação da UHE Bugres, cadastrada sob CEG UHE.PH.RS.000324-7.01, localizada no rio Santa Cruz, integrante da sub-bacia 87, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudoeste, no município de Canela, estado de Rio Grande do Sul a fim de ampliar a Potência Instalada para 24.120 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 31 de agosto de 2017

Nº 2.729 - Processo nº 48500.001296/2015-66. Interessado: Pirapora III Energias Renováveis S.A. Decisão: i) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Pirapora 3, cadastrada sob o CEG UFV.RS.MG.033186-4.01, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. ii) alterar o número de unidades geradoras passando de trinta unidades geradoras de 1.000 kW para trinta e uma unidades geradoras de 967,742 kW tendo em vista o controle de potência nos inversores. iii) registrar nos termos do art. 15 da Resolução Normativa nº 583/2013, a declaração de Potência Líquida de 29.400 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.730. Processo nº 48500.001291/2015-33. Interessado: Pirapora IV Energias Renováveis S.A. Decisão: i) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Pirapora 4, cadastrada sob o CEG UFV.RS.MG.033187-2.01, localizada no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais. ii) alterar o número de unidades geradoras passando de trinta unidades geradoras de 1.000 kW para trinta e uma unidades geradoras de 967,742 kW tendo em vista o controle de potência nos inversores. iii) registrar nos termos do art. 15 da Resolução Normativa nº 583/2013, a declaração de Potência Líquida de 29.400 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.747 - Processo nº 48500.001730/2010-01. Interessado: Cinergy Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Noble Comercializadora de Energia Ltda. para Cinergy Comercializadora de Energia Ltda, detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 3.346, de 24 de outubro de 2012 c/c Despacho nº 564, de 04 de março de 2016.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.749 - Processo nº 48500.006752/2011-31. Interessado: Companhia Energética Canoas S.A. Decisão: revisar as características técnicas da PCH Ado Popinhak, CEG nº PCH.PH.SC.031598-2.01, localizada nos municípios Correia Pinto e Curitibaanos, no estado de Santa Catarina.